

Amagis

NA IMPRENSA

ABRIL DE 2014

ESTADO DE MINAS (BH) • 1º DE ABRIL DE 2014

ESTADO DE MINAS • TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2014

POLÍTICA

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Juízes defendem eleições diretas

ISABELLA SOUTO

Na tentativa de garantir o direito ao voto de 16,8 mil juizes brasileiros na escolha da direção dos tribunais, entidades de classe de todo o país promoveram ontem o dia "Eleições diretas já". Pelo menos 17 estados, incluindo Minas Gerais, aderiram ao movimento e protocolaram nas sedes dos Tribunais de Justiça (TJs) um documento em que pedem mudanças nos regimentos internos, permitindo que todos os magistrados participem das eleições em que são escolhidos presidente e vice-presidente dos TJs. Atualmente, o colégio eleitoral é formado apenas pelos desembargadores.

"É inimaginável que juizes não possam escolher o seu presidente e discutir políticas para o Judiciário. A mudança vai ser um grande avanço e virar uma página no resquício de ditadura dentro do Judiciário", afirmou o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo Costa. A data foi escolhida em memória aos 50 anos do golpe militar, que significou 21 anos de ditadura no Brasil. Em todo o país, existem cerca de 16,8 mil juizes espalhados pela Justiça estadual, federal e trabalhista e cerca de 2,8 mil desembargadores em todas as instâncias do Judiciário.

A eleição para a direção dos tribunais está regulada pela Constituição Federal e pelo regimento interno de cada órgão. Proposta de emenda à Constituição apresentada na Câmara dos Deputados em 2012 altera o artigo 96 e dá a "todos os magistrados vitalícios em atividade" o direito de votar. Em outubro do ano passado a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa

aprovou o relatório sobre o projeto. Agora, é aguardada a constituição da comissão especial para discutir o texto.

REGIMENTO Em Minas Gerais, a Associação dos Magistrados (Amagis) é dirigida pelo desembargador Herbert Carneiro – que vem defendendo a abertura do colégio eleitoral para os 950 juizes na ativa em todo o estado. No último dia 17, a entidade conseguiu aprovar junto ao Tribunal de Justiça uma proposta para alterar o regimento interno e permitir que qualquer um dos 130 desembargadores possa ser candidato a presidente ou vice. Pela regra até então em vigor, apenas os cinco magistrados mais antigos poderiam disputar os cargos.

Mas em relação à possibilidade de os juizes votarem, a Amagis não obteve sucesso. "Quem carrega o piano mais pesado não são os juizes? Não são eles que sabem das necessidades do Judiciário? Por que eles não podem participar do processo de escolha da direção do tribunal?", indaga Carneiro. Segundo ele, a alteração no regimento interno não teria sido acatada pelos colegas sob o argumento de que antes é necessária a aprovação da PEC em tramitação na Câmara dos Deputados.

A próxima eleição para a presidência do TJ mineiro está marcada para o dia 28 – e mais uma vez será feita sem a participação dos juizes. O período de inscrições começa hoje e vai até o dia 11, mas quatro desembargadores já anunciaram a disposição de participar da disputa: Almeida Melo, Antônio Carlos Cruvinel, Pedro Carlos Bittencourt e Dorgal Andrada – os dois últimos, graças à alteração já aprovada no regimento interno.

LAVRAS 24 HORAS (SITE) • 18 DE MARÇO DE 2014

JORNAL DE LAVRAS (SITE) • 18 DE MARÇO DE 2014



Seja a Criatividade.

NOTÍCIAS
CANAIS
GUIA COMERCIAL
CLASSIFICADOS
AGENDA
COLUNAS

18, março 2014 - 15:46:15

Amagis repudia ataques à independência do Judiciário em Lavras



A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público manifestar repúdio às insinuações caluniosas veiculadas por setores da Imprensa de Lavras a respeito da atuação correta, séria e legal do juiz de Direito Rodrigo Melo Oliveira. Em toda a sua trajetória, o magistrado sempre julgou com imparcialidade e concedendo o amplo direito de defesa, como determina a Constituição.

Assim como a independência de julgar, a liberdade de imprensa também está garantida na Carta Magna, desde que pautada na responsabilidade de informar e no amplo direito de resposta, que, agora, tem sido consecutivamente ignorado.

Em nenhum momento, o juiz Rodrigo Melo Oliveira agiu com discricionariedade, mas apenas cumpriu o que sentenciou o Tribunal Regional Eleitoral, que confirmou, em seu colegiado de sete honrados e notáveis magistrados, decisão proferida antes pela 1ª instância.

Trata-se de ato vinculado e obrigatório do juiz eleitoral, que não poderia postergar a diplomação a fim de não trazer prejuízos ao município, que estava sem prefeito após a publicação do acórdão dos embargos de declaração da AIME 1-67 no Diário da Justiça Eletrônico veiculado em 13/03/2014.

Ressaltamos ainda que a diplomação foi feita dentro do expediente administrativo e de forma pública e transparente. Todos os outros candidatos eleitos em 2012 também foram diplomados pela manhã. Não cumprir imediatamente o acórdão do TRE/MG configuraria irresponsabilidade ou prevaricação do magistrado.

Aos envolvidos nas decisões judiciais lhes é garantido igualmente o direito constitucional de recorrer, como aconteceu por duas vezes, junto ao TRE e, em seguida, ao TSE. Esse é o devido processo legal. A disputa política faz parte da democracia, que, por outro lado, condena ataques à honra de profissionais dedicados e à autonomia do Judiciário.

Enquanto legítima representante da magistratura mineira, a Amagis tomará todas as providências legais e necessárias para garantir o direito à independência de julgar e o direito de resposta.

Respeitar as decisões judiciais é respeitar o estado de direito e a Constituição.

Herbert Carneiro, Presidente da Amagis





Quem somos | Arquivo | Anúncio

início
prêmios
lavras tem
agenda
busca

11 Notícias

polícia

- Diversos
- Acidente
- Droga
- Golpe
- Furto e Roubo
- Homicídio

cotidiano

- Política
- Educação
- Trabalho
- Melo Ambiente
- Saúde
- Economia
- Comportamento
- Tecnologia
- Desenvolvimento
- Vagas Sine
- Cursos Senar

destaque

- Religião
- Esporte
- Cultura
- Evento
- Entrevista
- Manicômio
- Sons de Lavras

frigideira

click agito

publicidade

- Informe
- Admitir-se
- Programa-se

notícias /

Publicada em: 18/03/2014 13:40 - Atualizada em: 18/03/2014 22:22

Vaia, aplausos, ameaças, desrespeito e anúncio de CPI, assim foi a reunião da Câmara de Lavras

Reunião da Câmara Municipal mostrou que poderes Legislativo e Judiciário estão se confrontando



Câmara Municipal de Lavras Foto: Jornal de Lavras

Siga-nos no Twitter: @jlavras

O prefeito Marcos Cherem esteve na reunião ordinária da Câmara Municipal, ontem, segunda-feira, para falar sobre dois projetos que havia sido enviado por ele para aquela Casa Legislativa. O prefeito estava acompanhado de seu vice-prefeito Aristides Silva Filho, secretários.

Pessoas exibiam cartazes censurando o vereador Evandro Castanheira Lacerda e os vereadores que participaram da reunião que deu posse a Sílvas Costa Pereira.

Muitos vereadores taíram, alguns foram aplaudidos e até exageraram usando da palavra mais de cinco vezes, algumas vezes repetindo a mesma fala. O vereador Evandro Castanheira Lacerda foi preendido publicamente pelo presidente Marcos Possato e se defendeu dizendo que foi intimado pelo juiz eleitoral Rodrigo de Melo a dar posse ao professor Sílvas. Fato contestado pelo vereador Possato, segundo ele, a decisão dava 24 horas de prazo para que fosse cumprida, mas, ainda de acordo com Possato, Castanheira se precipitou e antecipou a posse, que, ainda segundo Possato, estava marcada por ele para às 12h do dia seguinte.

TRIBUNA LAVRAS (LAVRAS) • 22 DE MARÇO DE 2014

Sábado, 22 de março de 2014 9



Amagis repudia ataques à independência do Judiciário em Lavras

13/03/2014.

Ressaltamos ainda que a diplomação foi feita dentro do expediente administrativo e de forma pública e transparente. Todos os outros candidatos eleitos em 2012 também foram diplomados pela manhã. Não cumprir imediatamente o acórdão do TRE/MG configuraria irresponsabilidade ou prevaricação do magistrado.

Aos envolvidos nas decisões judiciais lhes é garantido igualmente o direito constitucional de recorrer, como aconteceu por duas vezes, junto ao TRE e, em seguida, ao TSE. Esse é o devido processo legal.

A disputa política faz parte da democracia, que, por outro lado, condena ataques à honra de profissionais dedicados e à autonomia do Judiciário. Enquanto legítima representante da magistratura mineira, a Amagis tomará todas as providências legais e necessárias para garantir o direito à independência de julgar e o direito de resposta.

Respeitar as decisões judiciais é respeitar o estado de direito e a Constituição.

Herbert Carneiro
Presidente da Amagis

FOLHA DE LAVRAS (SITE) • 3 DE MARÇO DE 2014

FOLHA de
LAVRAS

ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DO DR. RODRIGO MELO OLIVEIRA

A Associação que representa todos os Juizes e Desembargadores do Estado de Minas Gerais faz uma carta de repúdio em apoio ao Juiz Eleitoral de Lavras.



AMAGIS repudia ataques à independência do judiciário em Lavras;

A Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) vem a público manifestar repúdio às insinuações caluniosas veiculadas por setores da Imprensa de Lavras a respeito da atuação correta, séria e legal do juiz de Direito Rodrigo Melo Oliveira. Em toda a sua trajetória, o magistrado sempre julgou com imparcialidade e concedendo o amplo direito de defesa, como determina a Constituição.

Assim como a independência de julgar, a liberdade de imprensa também está garantida na Carta Magna, desde que pautada na responsabilidade de informar e no amplo direito de resposta, que, agora, tem sido consecutivamente ignorado.

Em nenhum momento, o juiz Rodrigo Melo Oliveira agiu com discricionariedade, mas apenas cumpriu o que sentenciou o Tribunal Regional Eleitoral, que confirmou, em seu colegiado de sete honrados e notáveis magistrados, decisão proferida antes pela 1ª instância.

Trata-se de ato vinculado e obrigatório do juiz eleitoral, que não poderia postergar a diplomação a fim de não trazer prejuízos ao município, que estava sem prefeito após a publicação do acórdão dos embargos de declaração da AIME 1-67 no Diário da Justiça Eletrônico veiculado em 13/03/2014.

O LAVRENSE (SITE) • 17 DE MARÇO DE 2014



HOME CIDADE POLÍCIA EDUCAÇÃO POLÍTICA REGIONAIS ECONOMIA CONTATO SOC

Você está aqui: Home » Destaque, política » Associação dos Magistrados divulga nota de repúdio a ataques à in

Associação dos Magistrados divulga nota de repúdio a ataques à independência do Judiciário em Lavras

O Lavrense on segunda-feira, março 17, 2014 in Destaque, política | 9 comentários



A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), divulgou nesta segunda-feira (17), uma nota de repúdio às críticas feitas por setores da imprensa de Lavras a respeito da atuação do juiz Rodrigo Melo Oliveira. Segundo a nota, assinada por Herbert Carneiro (foto), presidente da entidade, ao diplomar Silas Costa Pereira, segundo colocado no pleito de 2012, o juiz Rodrigo Oliveira apenas cumpriu o que sentenciou o Tribunal Regional Eleitoral, que confirmou a decisão proferida antes pela 1ª instância.

Silas Costa Pereira (PSDB) foi diplomado para o cargo de prefeito de Lavras no último dia 13 de março em uma solenidade, que durou cerca de 10 minutos, no Cartório Eleitoral da cidade. No mesmo dia, Silas Pereira e seu vice Clóvis Corrêa (PMDB) foram empossados em cerimônia realizada na Câmara Municipal de Lavras.

Horas depois, a ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília (DF), Luciana Lóssio, aceitou o pedido de liminar de Marcos Cherem (PSD) e determinou a volta dele ao cargo de prefeito de Lavras. Cherem, que teve o mandato cassado em segunda instância, deve ficar no cargo enquanto aguarda o julgamento final do recurso pelos ministros do TSE.

OBSERVATÓRIO DE LAVRAS (SITE) • 2 DE ABRIL DE 2014



INICIO VÍDEOS FALE COM SEU DEPUTADO FOTOS DA LAVRAS CONTATO INTERESSE PUBLICO

Início » Amagis realiza ato de desagravo ao juiz de Lavras

Amagis realiza ato de desagravo ao juiz de Lavras

quarta-feira, abril 02, 2014 | 2 Comentários

Tweet 0 +1 0 Curtir Compartilhar 94 Pin it



A Amagis realizou, no início da tarde desta quarta-feira, 2, no Fórum da Comarca de Lavras, no Campo das Vertentes, ato público em repúdio aos ataques à atuação correta e imparcial do juiz Rodrigo Melo Oliveira, em defesa da independência de julgar e da cidadania. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, leu a nota divulgada pela Amagis e reafirmou o apoio da Associação não só às prerrogativas do juiz - uma vez que sem a independência do Poder Judiciário não existe o estado democrático de direito - mas também à pessoa do juiz, um homem honrado.

O presidente da Amagis esclareceu ainda que o juiz não dá posse, como foi veiculado de forma equivocada por órgãos de imprensa, mas sim diploma. "E ele não vai buscar 'fora' as representações que precisa julgar. Elas chegam até ele, que tem a competência, honradez e lisura para julgá-las de forma imparcial e dentro da lei, como o fez", ressaltou. Herbert Carneiro voltou a afirmar que as decisões judiciais estão sujeitas a recursos e que existem formas legais de discordar da decisão, que não atacando a pessoa do juiz.

O juiz Rodrigo Melo agradeceu a presença do presidente da Amagis e considerou muito positivo e de extrema importância o ato de desagravo. "A vinda da Amagis, sem dúvida nenhuma, é de extrema importância porque esclarece a toda a comunidade a realidade dos fatos e mostra, sobretudo, que o juiz não está sozinho", disse.

O ato, que lotou o salão do júri do fórum da Comarca, teve o apoio público da subseção da OAB de Lavras, da Defensoria Pública, do Ministério Público, dos juizes de Lavras e região e de toda a comunidade que participou desagravo.



ESTADO DE MINAS (BH) • 29 DE MARÇO DE 2014

ESTADO DE MINAS (BH) • 28 DE MARÇO DE 2014

ESTADO DE MINAS • SÁBADO, 29 DE MARÇO DE 2014

CULTURA 3



MÁRIO FONTANA

>>mario.fontana@uol.com.br

MAGISCULTURA
LANÇAMENTO NA AMAGIS

Em 10 de abril, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) promove em sua sede, no Bairro Cruzeiro, o lançamento da nova edição da revista *Magiscultura*. Artigos e ensaios de juizes e desembargadores abordam temas os mais variados. O desembargador Rogério Medeiros focaliza a vida e obra do jornalista e escritor húngaro Artur Koestler, comunista fanático que lutou na Guerra Civil espanhola, mas acabou abandonando a ideologia vermelha devido os sangrentos expurgos promovidos por Josef Stalin. As 19h.

ESTADO DE MINAS (BH) • 2 DE ABRIL DE 2014

ESTADO DE MINAS • QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2014

CULTURA 3



MÁRIO FONTANA

>>mario.fontana@uol.com.br

JUDICIÁRIO
PLACA PARA ANASTASIA

Entre as homenagens que o governador Antonio Anastasia vem recebendo às vésperas de deixar o cargo está a prestada pela Associação Mineira de Magistrados. Toda a diretoria da entidade, liderada por seu presidente, desembargador Herbert Carneiro, visitou o governador no Palácio Tiradentes. A comitiva entregou-lhe placa de prata com dizeres alusivos ao apoio dado à categoria.

●●●

Além do presidente Herbert Carneiro, participaram do encontro os desembargadores Doorgal Borges de Andrada, Nelson Missias, Tibagy Salles, Edison Feital, Reynaldo Ximenes e Geraldo Domingos Coelho, além dos juizes Alberto Diniz, Bruno Terra, Rosimere Couto, José Aluisio Neves da Silva, José Martinho Nunes Coelho, Riza Aparecida Nery e Aldina Soares.

TOME NOTA

● **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) promove, na segunda-feira, o seminário "O papel do Judiciário no combate à violência contra a mulher". Entre os temas discutidos estão a importância da mediação em família, os resultados das investigações em curso contra as mulheres e a trajetória e contribuição dos magistrados ao Judiciário. O evento é gratuito e as vagas são limitadas. Inscrições e informações (31) 3079-3470 ou pelo e-mail imprensa@amagis.com.br. Os participantes receberão certificado.